

*A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo**

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: Busca-se examinar a relação entre Tempo e História, particularmente atentando para os principais conceitos referidos a esta relação: temporalidade, duração, evento, processo e outros. Em um segundo momento, desenvolve-se com maior especificidade uma reflexão sobre as perspectivas de tempo que, a partir de conceitos como estes, foram pensadas e desenvolvidas pelos historiadores ligados à Escola dos Annales, atentando em especial para a ‘dialética das durações’ de Fernand Braudel.

Palavras-chave: Tempo, temporalidade, estrutura, evento.

Abstract: This article aims to examine the relation between Time and History, attempting in particular to the mainly concepts referred to this relation: Temporality, duration, event, process, and others. In a second moment, it's developed a contrast with more specificity a reflection about the perspectives of time that, based in concepts like that, were thought and developed by the historians linked to the Scholl of the Annales, attempting, ins special, to the ‘dialectic of durations’ developed by Fernand Braudel.

Keywords: Time, temporality, structure, event

* Artigo submetido à avaliação em 23 de fevereiro de 2014 e aprovado para publicação em 25 de março de 2014.

Tempo e História

Marc Bloch dizia que “a história é a ciência dos homens no tempo”. A frase, destacada em *Apologia da História* (BLOCH, 2001, p. 55), chama atenção para esta que é a instância mais definidora da História: o Tempo. De fato, se por acaso fosse possível excluir a perspectiva temporal do trabalho do historiador, este facilmente se transformaria em sociólogo, antropólogo, geógrafo, ou, em alguns casos, em psicólogo, lingüista ou crítico literário. Não que a perspectiva temporal esteja necessariamente ausente de disciplinas como a sociologia, a geografia ou a antropologia (existem mesmo sub-áreas das demais ciências humanas que estendem um importante fio interdisciplinar em direção à História, tal como a sociologia histórica ou a lingüística histórica). A questão é que, no caso da História, a perspectiva do tempo é visceral. Sem ela, os historiadores simplesmente não existem.

A consciência do tempo entre os historiadores pode ter variado consideravelmente no decurso da história da historiografia, ao adquirir as mais diversas formas e intensidades, mas de alguma maneira ela esteve sempre ali, desde os primórdios da prática historiográfica. Heródoto (485-420 a.C) – responsável por consolidar a figura do historiador entre os gregos antigos – atribuía à palavra *istorie* as ideias de “relato” e “investigação” sobre as ações humanas. Embora a noção de tempo ainda não ocupasse explicitamente o centro definidor do novo campo de práticas e saberes que ele estava apresentando aos seus contemporâneos, o fato é que as ações humanas que se passavam no tempo eram o seu objeto de investigação e relato¹.

¹ Na *História* escrita por Heródoto em torno de 450 a.C, podemos surpreender pelo menos dois destes dois sentidos da palavra – “pesquisa” e “relato” – com especial clareza. De fato, no Prefácio desta obra, “história” se refere a uma “pesquisa” conduzida sistematicamente e com o uso da razão; ao mesmo tempo, em diversas passagens do livro, aparece o sentido de “relatório”, “relato”, “narrativa”; em uma palavra: de “exposição dos resultados de uma pesquisa realizada”. Ver por exemplo o livro VII, item 96 (HERÓDOTO, 1988, p. 365).

Também não puderam se furtar à perspectiva temporal os escribas akkadianos do terceiro milênio antes de Cristo que, muito antes de Heródoto, haviam sido incumbidos de escrever uma história laudatória da monarquia de Akkad (2270-2083 a.C), na Mesopotâmia.² Eles tiveram a seu cargo a tarefa de registrar as vitórias e realizações de seus reis e de seu povo, rigorosamente inscritas em uma seqüência temporal demarcada no interior de um ciclo demarcado pela Dinastia a quem serviam. Podemos discutir até se este modelo de tempo era o mesmo dos historiadores de hoje, e considerar que de alguma maneira já tínhamos aqui uma espécie de tempo cíclico, uma vez que cada dinastia refundava o mundo mais uma vez e a medição do tempo voltava ao seu ponto de partida. De todo modo, o tempo já estava ali, soberano e altissonante, como dimensão instituidora de uma nova prática. A consciência do tempo, portanto, acompanha os historiadores desde os seus primórdios.

À medida que a prática historiográfica avança em direção à historiografia científica do período moderno – passando antes pelas experiências historiográficas da Antiguidade, Idade Média e primeira modernidade – a necessidade de definir a História nos termos de sua relação específica com o tempo vai se reconfigurando como uma questão de primeira ordem. A definição ou a forma desta relação entre História e Tempo podia mudar, e de fato mudou muito em diversos momentos da história da historiografia, mas estabelecê-la e atualizá-la tornou-se a primeira tarefa dos historiadores. Podemos lembrar variações na perspectiva de relação entre História e Tempo a partir do período em que os historiadores assumem a perspectiva de uma historiografia científica. Assim, houve uma primeira fase deste período em que os historiadores tendiam a se contentar em compreender a história como “estudo do Passado Humano”. Marc Bloch, todavia, considerou esta definição deficiente, e propôs um reajuste que até hoje é considerado eficaz: aquela com que abrimos o conjunto de reflexões

² Sobre o estabelecimento de uma prática de relato histórico na monarquia de Akkad, antes de Heródoto, cf.: Hartog (2003, p. 13).

deste artigo e que diz que “a história é o estudo [ou a ciência] dos homens no tempo”.³

De fato, a redefinição de Marc Bloch abre a possibilidade de pensar em estudos historiográficos que não precisariam se referir, necessariamente, ao passado humano. Apenas para dar um exemplo, um dos campos de destaque na historiografia contemporânea é a “História do Tempo Presente”. Entrementes, se em casos como este o estudo do Passado deixa de ser uma obrigatoriedade para o trabalho historiográfico, pode-se ressaltar que a perspectiva temporal prossegue sendo essencial para uma caracterização de qualquer estudo histórico. Mesmo ao estudar o tempo presente, o historiador está ainda assim impregnado da perspectiva temporal. Isso o diferencia muito claramente do sociólogo ou do antropólogo que se volta para os mesmos objetos de estudo. De igual maneira, os historiadores também tomaram para seu objeto de estudo a literatura de todas as épocas, inclusive da sua própria. Também nestes casos, a perspectiva temporal – a consciência permanentemente atualizada de que o seu objeto está enredado pelo tempo, e de que a própria análise do historiador que examina este objeto está ela mesma inscrita no seu tempo específico – diferencia o historiador do lingüista ou do crítico literário que se debruçam sobre os mesmos objetos de análise. O Tempo, enfim, é visceral entre os historiadores. Na seqüência deste artigo, discutiremos alguns conceitos relacionados ao tempo que se tornaram importantes para o trabalho dos historiadores, passando a integrar o seu vocabulário habitual. A intenção é discutir o vocabulário historiográfico referente ao tempo, entretecendo este conjunto de considerações com reflexões que possam ser úteis acerca das perspectivas filosóficas sobre o tempo com as quais também têm dialogado os historiadores.

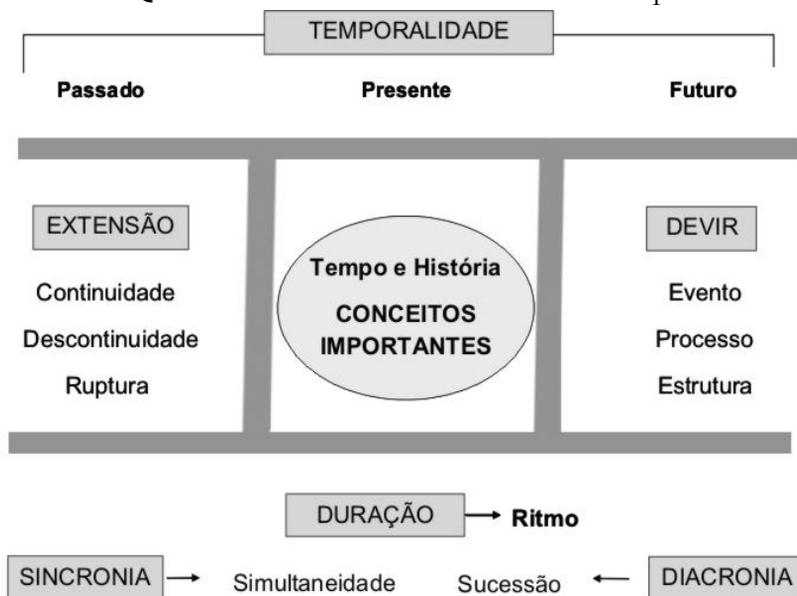
³ No início do segundo item primeiro capítulo de *Apologia da História*, Marc Bloch confronta a antiga definição: “Diz-se, algumas vezes, ‘a história é a ciência do passado’; é [no meu modo de ver] um modo errado de se falar” (BLOCH, 2001, p. 55). Mais adiante, Bloch estabelece a sua própria definição: “a história é a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55).

O sistema conceitual relacionado ao tempo

Propor definições de Tempo é adentrar um desafiador e rico debate que tem envolvido filósofos, cientistas, antropólogos, historiadores e pensadores os mais diversos. Da possibilidade de se pensar um “tempo absoluto” às concepções revolucionárias propostas pela *Teoria da Relatividade* de Einstein, que abalou definitivamente a já tradicional ideia de um tempo absoluto e independente, sem deixar de lembrar a concepção da Física Quântica, que aprendeu a enxergar a sucessão em simultaneidade, os debates são intermináveis. O tempo existe externamente ao homem? É consequência de sua maneira específica de apreender o mundo? Altera-se conforme as circunstâncias que envolvem o ser humano pensante? Percebemos o tempo, todos – e em todas as sociedades – da mesma maneira? Como se relaciona o tempo com a *história*, compreendida como o universo de processos históricos e acontecimentos, e com a *historiografia*, aqui entendida como o campo de saber que estuda estes mesmos processos? Como definir, enfim, esta instância tão ambígua e enigmática que percebemos como “tempo”?

As dificuldades de definir o tempo – e mesmo os sentimentos de frustração dos pensadores frente a estas dificuldades – são já bastante antigos. Santo Agostinho (354-430), nas suas *Confissões*, já se contorcia intelectualmente diante deste desafio de definir o Tempo, evocando-o inicialmente como “aquilo que se sabe, mas não se consegue dizer”. Os séculos passaram, e não se pode dizer que as ambigüidades que envolvem as tentativas de definir o conceito de tempo tenham se dissipado.

Muitos filósofos reconhecem que é muito mais fácil nos aproximarmos do conceito de tempo de maneira enviesada, através de algumas noções que lhes são correlatas: *temporalidade*, *duração*, *processo*, *evento*, *continuidade*, *ruptura* (Quadro 1). Estas várias noções, entre outras, serão aqui examinadas do ponto de vista de suas relações com a História, embora, eventualmente, também se mostre útil travar um diálogo importante com a Filosofia.

Quadro 1: Conceitos relacionados ao Tempo

Fonte: Figura desenvolvida pelo próprio autor.

Temporalidade

A primeira noção ligada ao conceito de Tempo é a de *temporalidade*. Heidegger, que tomou o Tempo como um de seus principais objetos de reflexão, percorre este caminho na conferência de 1930 intitulada *O Conceito de Tempo*⁴. Ao delinear a noção de “temporalidade”, ressalta que esta se refere mais intrinsecamente ao mundo humano. É também o que faz Comte-Sponville (2000, p. 31) em seu estudo sobre *O Ser-Tempo*, no qual se define a “temporalidade” como a “unidade – na consciência, por ela, para ela – do passado, do presente e do futuro. A temporalidade, portanto, é uma ideia que apenas adquire sentido através da percepção humana, da imaginação, das

⁴ Uma versão reconstituída desta conferência, publicada em forma de livro, conta com uma tradução para o português (HEIDEGGER, 2003). Sobre o conceito de tempo, em Heidegger, ver: Reis (2005) e Greisch (2004).

vivências do ser humano, e pouco ou nada tem a ver com o tempo físico da Natureza. São também produtos da vivência e da percepção humanas estas mesmas dimensões que a temporalidade abarca e define, e que são tão familiares ao vocabulário cotidiano: o Passado, o Presente e o Futuro.

“Temporalidade”, pontuaremos desde já, é o primeiro conceito importante para a reflexão historiográfica no que concerne às relações entre Tempo e História. Entramos no âmbito conceitual da “temporalidade”, e abandonamos o sempre vasto e enigmático universo das polêmicas sobre o Tempo, quando começamos a examinar as instâncias humanas, psicológicas e políticas que foram ou são agregadas às sensações e percepções que se dão em torno da passagem do tempo, ou ainda em torno das alteridades geradas pela comparação entre períodos distintos da história humana ou mesmo da vida individual. Assim, por exemplo, quando os historiadores começam a singularizar e a partilhar o devir histórico em unidades mais operacionais e compreensíveis – como a Antiguidade, Medievalidade, Modernidade, Contemporaneidade – estamos já diante de temporalidades históricas. Temos aqui algo similar ao que se dá com o espaço, sobre o qual o pensamento histórico ou geográfico pode pensar unidades de compreensão como a América, Ásia, África, e também espacialidades regionais, espacialidades climático-naturais, ou mesmo espacialidades culturais mais amplas que correspondem a civilizações.

“Temporalizar” (estabelecer temporalidades) é de certa maneira territorializar o tempo, tomar posse do devir aparentemente indiferenciado, percebê-lo simbolicamente – operacionalizá-lo, enfim. As temporalidades definidas pelos historiadores, é evidente, não existem por si mesmas, e nem os seus limites são dados de uma vez por todas. Onde termina, de acordo com a historiografia, a Antiguidade? E quando começa a Idade Média? Quando, mais precisamente, tem-se a passagem para a Modernidade? Vivemos nos dias de hoje, no seio de uma nova época que já deveria ser definida como uma nova temporalidade pelos historiadores futuros? De igual maneira, estas palavras que são tão familiares ao vocabulário cotidiano – Passado, Presente, Futuro – o que significam propriamente? Como

administrar a fugaz relação entre estas três instâncias temporais cuja evocação é tão inevitável na vida comum, mas que se torna ambígua no mesmo instante em que cada momento presente mais do que rapidamente se transforma em Passado, para ser imediatamente seguido pelo momento que no segundo anterior se situava no Futuro, e que também mergulha no seu inexorável destino de ser igualmente engolido pelo eterno abismo do tempo?

O que nos importa neste momento é a compreensão de que, mesmo no interior de uma única sociedade sujeita ao devir histórico, os modos de perceber a *relação* entre Passado, Presente e Futuro diversificam-se, e é este um dos objetos de estudo de Reinhart Koselleck (1923-2006) em *Futuro-Passado*, uma coletânea de 1979 na qual, em alguns de seus ensaios, o historiador alemão procura examinar como diferentes sociedades perceberam de modos distintos a relação entre o “campo da experiência” (o Passado) e o “horizonte de expectativas” (o Futuro).

Duração

Outra noção importante com a qual os historiadores precisam lidar é a de “duração”, conceito que foi filosoficamente elaborado por Henri Bergson (1987, p. 7-23) e que seria logo reapropriado, de maneira muito específica, pela historiografia moderna, a exemplo da obra de Fernand Braudel sobre *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II* (1949). Deve-se ressaltar que a ‘duração’ refere-se ao ritmo, ao modo e à velocidade como se dá uma transformação no tempo, à durabilidade ou permanência de algo até que seja substituído por algo novo ou por um novo estado. O conceito de ‘duração’ – e as concomitantes sensações de variação na velocidade do tempo, independentemente da passagem do tempo cronológico (o tempo do relógio e do calendário) – remete de certo modo ao que classificaremos mais adiante como um “tempo interno” (um tempo que é sentido ou percebido subjetivamente pelo ser humano, e não meramente um tempo cronométrico).

A sensação de variações na “velocidade do tempo” dá-se, de fato, em função do ritmo menos ou mais acelerado nas mudanças que se tornam perceptíveis ou sentidas pelos homens, na sua percepção dos estados diferentes que se sucedem uns aos outros, ou mesmo em relação à quantidade perceptível de acontecimentos que introduzem alguma novidade ou significação diferente a uma experiência humana, seja ela individual ou coletiva. A noção de “duração”, desta maneira, faz-se acompanhar pela sensação de “mudança” (ou, pelo seu oposto, a sensação de “permanência”). Desta forma, uma “longa duração” corresponderia àquilo que muda muito lentamente (ou cuja mutação pode ser percebida como muito lenta), e uma curta duração corresponderia ao ritmo rápido dos estados de ser que se transformam mais ou menos rapidamente, mas também à sucessão de acontecimentos que se sucedem um ao outro impondo àqueles que os percebem a sensação de mudança incessante e continuada (ao invés da sensação de “permanência”, que, obviamente, vem a ser outro importante conceito para a historiografia).

Por outro lado, devemos também ter em vista – sobretudo no que diz respeito a análises historiográficas como as de Fernand Braudel – que a realidade social e humana é muito complexa, envolvendo inúmeros processos que podem remeter à percepção de “durações diferentes”. Dito de outra forma, com relação aos diversos processos que se entrelaçam na História, o tempo pode avançar em velocidades diferentes, produzindo durações diferenciadas para distintos aspectos da realidade histórica. É esta complexidade o que levou o historiador Krzysztof Pomian, em seu livro *A Ordem do Tempo*, a propor a imagem de que o tempo histórico é uma “arquitetura”, e não uma “dimensão” (1990, p. 326).

Apresenta-se como território para diversificadas polêmicas entre historiadores e filósofos a questão de saber como se daria este jogo de durações múltiplas, ou como se organizaria esta arquitetura de durações. Haverá alguma lógica imanente à dialética das durações históricas, ou algum padrão mais organizado na complexa arquitetura de durações gerada pelos acontecimentos, estruturas e processos históricos? Seria possível pensar em

um certo padrão de regularidades que permita pensar agrupadamente certos tipos de eventos ou de processos que estejam sujeitos à mesma tendência de velocidade do tempo, por oposição a eventos e processos de outros tipos, que já estariam sujeitos a outras tendências de velocidade do tempo? Colocando em termos mais práticos, será possível dizer que o conjunto dos eventos políticos tenderia a uma velocidade de tempo sempre caracterizada pela “curta duração”, enquanto que o tempo da demografia ou das mentalidades seria um tempo necessariamente mais longo?

A ideia de que cada área particular de fenômenos ou acontecimentos apresenta a sua própria “lógica imanente”, terminando por amarrar todos os acontecimentos e processos de mesmo tipo em um único padrão de velocidades temporais, parece estar na base das reflexões de Sigmund Krakauer em seu estudo sobre o “Tempo Histórico e Filosófico” (1966: 56-58). Diante desta e de outras proposições, pode-se então perguntar se uma história atenta às temporalidades múltiplas deveria ser construída mais como uma arquitetura que harmoniza os diversos andares de um belo edifício, ou como uma sofisticada composição musical que expõe os seus temas sonoros sob a forma de uma polifonia de muitas vozes e melodias, as quais se encontram defasadas umas em relação às outras e cada qual produzindo o seu próprio ritmo.

Estas várias perguntas não têm obviamente uma resposta consensual entre filósofos e historiadores. Braudel, em especial a obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Philippe II* (1949), tendeu a compor uma bela arquitetura de durações, através da qual todos os ritmos temporais, por mais distintos e singulares que sejam, terminam por se encaixar em um vigoroso edifício. Ou, pelo menos, parece ter sido sua intenção encaixar as diversas instâncias humanas sujeitas a diferentes durações (a política, a economia, os padrões demográficos), de modo a obter uma representação histórica coerente do Mediterrâneo no século XVI.⁵

⁵ Voltaremos, no último item deste artigo, aos modelos de tempo propostos por Fernand Braudel e outros historiadores ligados à Escola dos Annales.

Julio Aróstegui, por outro lado, ao comentar a questão dos “tempos diferenciais da sociedade” (2006, p. 346), critica a associação estereotipada de um único tipo de duração a certos a determinadas instâncias da vida humana. Se Braudel tendia a ver as relações entre o homem e o espaço mediterrânico como uma instância de longa duração, e a agitada política do início da modernidade europeia como uma instância sujeita à curta duração, já para Aróstegui pode-se pensar perfeitamente em fatos econômicos de curta duração ou fatos políticos de longa duração. De todo modo, há em muitas das modernas correntes historiográficas uma tendência a perceber cada uma das grandes áreas relacionadas às atividades sociais – a economia, política, demografia, mentalidades, cultura, e outras – como dotadas de uma lógica própria de mudança, de uma velocidade de tempo mais recorrente. Esta discussão, contudo, é bastante complexa, e a ela retornaremos no último item deste artigo. Antes, porém, será oportuno introduzir na discussão alguns conceitos que também podem beneficiar a discussão historiográfica sobre o tempo, tais como as noções de evento, processo e estrutura.

Evento, processo, estrutura

Às noções e conceitos de “temporalidade” e “duração” podemos acrescentar outras. Dentro da ideia de “devir histórico” – ou de um tempo que sugere à percepção humana um ininterrupto movimento – o “evento” (acontecimento) parece opor-se simultaneamente às ideias de “processo” e de “estrutura”. Surge, certamente, uma prática historiográfica relacionada ao evento, e outra relacionada à estrutura, notando-se que o historiador pode se valer concomitantemente das duas, já que o tempo histórico a ele se apresenta sob a forma de sequências de *eventos*, *estruturas* que se sucedem e *processos* que se desenvolvem. Tal como assevera Koselleck em *Futuro Passado*, pode-se partir da diretriz de que o evento (ou uma sucessão de eventos) só pode ser narrado; e de que a estrutura só pode ser descrita (KOSELLECK, 2006, p. 133).

A análise de um “processo”, de certo modo, traz um pouco das duas práticas. Afinal, se um processo histórico encadeia uma sucessão de eventos em uma determinada direção histórica, ao mesmo tempo pode ser visto à distância, pela análise historiográfica, como um padrão que adquire nas narrativas e análises dos historiadores uma certa coerência, uma determinada identidade. Por fim, é preciso sempre considerar que o tempo não se apresenta à compreensão humana apenas como “devir” (como algo que se movimenta e traz transformações), mas também como “extensão” (isto é, como algo que perdura). Uma determinada “extensão” ou período de tempo, ao ser comparada com períodos anteriores, tanto parece introduzir mudanças como re-atualizar permanências, e é daqui que surgem as noções igualmente importantes de “ruptura”, “continuidade”, “descontinuidade”.

Se, para o olhar que examina certo ‘devir histórico’ nos limites de determinada ‘extensão de tempo’, as permanências parecem sobressair em detrimento das mudanças, pode-se começar a falar em uma “estrutura”, ou em qualquer outra metáfora que evoque a unidade do conjunto. Se, ao contrário, as mudanças sobressaem, e ao olhar historiográfico parecem se encadear ou se articular de modo compreensível, pode-se falar em “processo”. Tanto a permanência estrutural como o processo gradual podem gerar a sensação de “continuidade”. De modo inverso, mudanças radicais podem reforçar a sensação de “ruptura”. O historiador que compara extensões de tempo deve estar pronto para perceber tanto continuidades, como rupturas e descontinuidades, e isto porque o mundo humano é a ele apresentado – pela documentação e vestígios que lhes chegam das diversas épocas – como um tecido muito complexo, crivado de continuidades, rompimentos e recomeços (no limite, há autores que só percebem um caótico universo de descontinuidades na aventura humana).

Situados estes conceitos auxiliares – temporalidade, duração, devir, evento, processo, estrutura, rupturas, continuidades, permanências – será oportuno, a seguir, delinear, tanto quanto possível, o próprio conceito de Tempo. Consideraremos, neste caso, uma primeira divisão mais geral que tem sido habitualmente evocada por aqueles que se empenharam em abordar

o Tempo com vistas a uma compreensão deste que é o elemento fundamental e irreduzível do próprio ofício historiográfico. Seria o Tempo um elemento externo ao Homem, ou uma Criação dele?

Tempo externo e tempo interno

Os antigos filósofos gregos, bem como inúmeros outros pensadores para os quais a medição do tempo tornava-se imperativa, tendiam a considerar o tempo como exterior, como um movimento dos astros. É assim que, da poética definição que Platão nos dá do Tempo no diálogo *Timeu* (2011), evocando-o como uma “imagem móvel da eternidade”, ao operacional conceito que é encaminhado por Aristóteles no livro IV de sua *Física* (1990), ao abordar o tempo como “número do movimento em relação ao antes e ao depois”, temos aqui definições variadas que habitualmente situam o Tempo em uma instância externa ao homem. Denominaremos a este primeiro modelo de Tempo, que tende a situá-lo fora do homem e do mundo humano, como “Tempo Físico”. Isto porque este modelo de tempo externo é não apenas o de Aristóteles ou Platão, mas também o tempo dos físicos modernos.

Santo Agostinho (354-430), agregou ao debate filosófico sobre a temporalidade – no livro XI de suas *Confissões*, particularmente no trecho 10-27 – o outro lado da questão: para ele, o tempo seria *interno*, essencialmente uma experiência humana, uma espécie de “movimento da alma”. Ele o delineia mais propriamente como uma tríplice presença: “presença do Passado, como *memória*; presença do Presente, como *visão*; presença do futuro, como *expectativa*”. O Tempo Presente, enfim, é por ele apresentado como extensão da alma humana (*distentio animi*).⁶ Na verdade, este novo

⁶ As *Confissões* de Santo Agostinho, aliás, ao percorrerem suas diversas temáticas, são todas construídas em torno das tensões e relações entre o interior e o exterior da vida humana. Sobre isto, ver o ensaio *Religião e Sociedade na Época de Santo Agostinho*, de Peter Brown (2007, p. 10).

campo de concepções do tempo como interno ao Homem ou ao mundo humano já havia sido abordado por Plotino (205-270), filósofo neoplatônico que concebia o tempo como “alma em movimento, quando esta passa de um estado ou ato de experiência a outro”. Assim, com Plotino, e mais tarde com Santo Agostinho, o tempo passa do movimento dos astros ao movimento da Alma.⁷ A este modelo de Tempo, interior e intrinsecamente ligado à experiência humana, será coerente chamarmos de “Tempo Filosófico”.

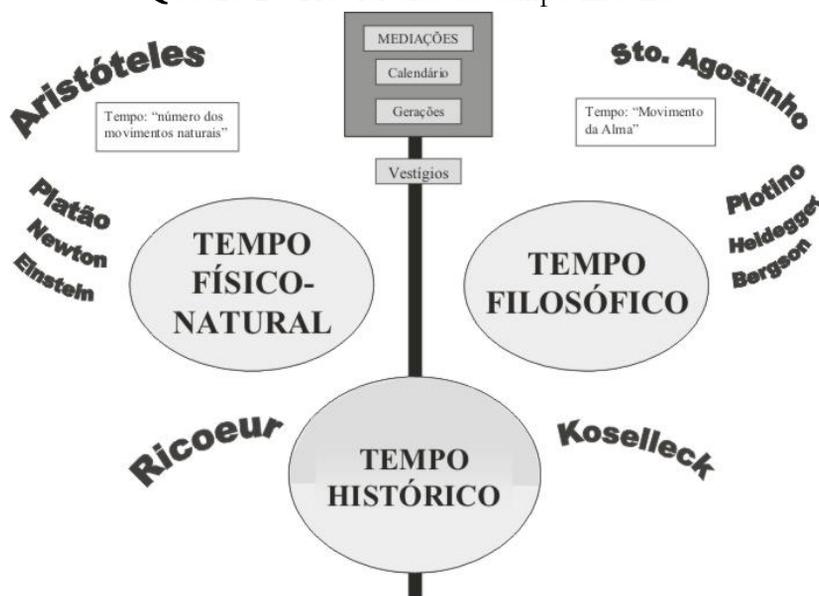
Uma vez que a História é, na sua instância mais irreduzível, um estudo do mundo humano, a abordagem interna do tempo mostra-se imprescindível aos historiadores. Entrementes, uma vez que entre as tarefas destes mesmos historiadores está a de situar os eventos uns em relação aos outros, em sucessão ou simultaneidade, e que para tal operação torna-se fundamental uma datação segura e confiável, também a História não pode deixar de lidar com o tempo externo, lançando-se aqui mão de mediadores como o calendário, ou como a contagem de gerações. De todo modo, a relação entre o tempo e a experiência humana, evocada nas *Confissões* de Santo Agostinho, tornou-se tão fundamental para que se pudesse pensar mais tarde um terceiro tempo, encaminhado pela História, que os filósofos e historiadores que têm tomado a cargo uma reflexão sobre o tempo partem freqüentemente de suas divagações, antes de adentrar questões mais específicas da temporalidade histórica.

O viés agostiniano seria mais tarde considerado por Paul Ricoeur em suas propostas para compreender a relação entre *Tempo e Narrativa Histórica*. Vale lembrar ainda, para acompanhar as proposições de autores como Reinhart Koselleck (1979) e Paul Ricoeur (1983-1985), que há também

⁷ A repercussão do neoplatonismo em Santo Agostinho é visível não apenas na sua concepção de tempo, mas em diversos outros temas percorridos pela reflexão agostiniana. De acordo com alguns estudiosos da obra do Bispo de Hipona, o pensamento platônico lhe chega através de Porfírio – discípulo de Plotino que realizara uma compilação, em latim, de textos platônicos. É a esta compilação que Santo Agostinho parece se referir em certa passagem do livro VII (capítulo 9) das *Confissões* (AGOSTINHO, 2011, p. 151). Sobre a influência de Plotino em Santo Agostinho, cf: BROWN, 2008, p. 113. Ver também Chadwick (2009).

mediações possíveis entre o Tempo Físico da natureza ou dos astros e o Tempo Filosófico da alma e do mundo humano. Koselleck cita entre estas mediações o Calendário e a Genealogia. O primeiro, o Calendário, busca estabelecer uma mediação entre o tempo dos astros e o mundo humano, enquadrando este último em um tempo relacionado ao movimento dos corpos celestes (e existirão muitos tipos de calendários, já que há vários corpos celestes e movimentos de corpos celestes que podem ser tomados como referências). O segundo recurso – o das Genealogias – busca estabelecer uma relação entre o tempo da natureza, no caso o tempo biológico, e o mundo humano, medindo a experiência humana através da sucessão de gerações.

Quadro 2 - Três leituras do tempo histórico



Fonte: Figura desenvolvida pelo próprio autor.

Naturalmente que, tal como atesta Whitrow (1988), a história humana está repleta de sistemas vários para a construção de calendários, de cronologias de sistemas para datar a História. Através do Calendário, mas

também da Cronologia, da Genealogia, do registro da sucessão de gerações humanas, abre-se a possibilidade de que seres humanos concretos, com suas ações, sejam de algum modo inscritos no movimento repetitivo dos astros, das estações e em outros movimentos presentes na natureza – esboçando-se aqui uma forma de conciliação entre o “tempo externo” da medição cronológica e o “tempo interno” das vivências sociais e humanas. Estas mediações são obviamente bastante complexas, e a um mesmo e único tempo cronológico podem corresponder distintos tempos internos, tal como já observamos para o caso das “durações” (aspectos que mudam menos ou mais lentamente). Algumas destas questões são abordadas sistematicamente por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* (1982-1983), um autor que examina mais detidamente a complexidade que envolve o trabalho dos historiadores quando, através de sua narrativa historiográfica, terminam por construir uma espécie de terceiro tempo que já é o Tempo Histórico (Quadro 2).

Se abordar o Tempo em seus aspectos meramente externos, ou mesmo nos fatores que se relacionam às operações de mediação, constitui uma operação de considerável complexidade, tomar o ‘Tempo’ em sua dimensão subjetiva, humana, dependente da experiência vivida, acarreta ainda muito mais problemas. Esta operação, contudo, é de alguma maneira incontornável pela Historiografia, uma vez que o tempo do historiador é em última instância uma construção – deste mesmo historiador, mas também de uma sociedade e de uma tradição que o envolve, e com a qual este necessariamente deve se relacionar. Há estudos, por exemplo, que buscam contrastar grandes sistemas de percepção e elaboração da História ou da Memória Coletiva a partir da contraposição dos modos como determinadas sociedades compreenderam, construíram ou representaram para si mesmas o Tempo. É já um debate clássico, por exemplo, aquele que opõe a temporalidade cíclica da Antiguidade Pagã ao tempo linear judaico-cristão – este último instituidor de um modo de pensar a passagem do tempo que teria fortalecido o próprio padrão historiográfico-temporal que logo se imporia no Ocidente.

O conceito de duração na historiografia dos Annales

Nesta seção final, examinaremos o encaminhamento do conceito de duração – anteriormente introduzido – por um dos movimentos historiográficos que mais contribuíram para a experimentação de novas formas de pensar e representar o tempo historiográfico: a chamada Escola dos Annales. O desafio das duas primeiras gerações de historiadores annalistas – a de Marc Bloch e a de Fernand Braudel – era precisamente o de assimilar adequadamente as novas ambições e propostas de cientificidade trazidas pelas diversas ciências sociais que começavam a se afirmar nos primórdios do século XX, com sua instigante e impactante proposta de captar a regularidade social. Isto, contudo, precisava se dar sem que fosse abandonado o milenar projeto historiográfico que sempre se voltara para o estudo das mudanças humanas – mesmo porque que abandonar a proposta de examinar as mudanças no tempo acarretaria em sair irremediavelmente dos próprios limites da matriz disciplinar da História. Alguns dos mais inventivos historiadores dos Annales encontraram seu tom ao explorar uma solução peculiar: enquadrar a mudança histórica na moldura da “longa duração”.

No âmbito mais amplo da longa duração, o tempo se apresenta estrutural; no seu interior ocorrem mudanças. Estas, todavia, podem se resolver no interior da estrutura (um período com determinadas características) através de repetições, ciclos, regularidades⁸. Outros tipos de eventos, ainda, os agitados acontecimentos não repetíveis dos quais o mundo político mais superficial nos fornece os melhores exemplos, pouco mais seriam do que “espumas” formadas nas cristas das grandes ondas históricas.

⁸ Fernand Braudel, em “A Longa Duração” [1958], dá-nos o exemplo da Economia, entre outros: “A dificuldade, por um paradoxo apenas aparente, é vislumbrar a longa duração no campo em que a pesquisa histórica acaba de obter inegáveis sucessos: o campo econômico. Ciclos, interciclos, crises estruturais ocultam aqui as regularidades, as permanências de sistemas, ou de civilizações, como disseram alguns – isto é, velhos hábitos no que diz respeito ao modo de pensar e agir, condicionamentos resistentes, duros de mover, às vezes até mesmo contra toda a lógica” (BRAUDEL, 2011, p. 96-97).

Com esta possibilidade teórico-prática de articular diferentes ritmos de mudanças históricas, os Annales abrem espaço para se pensar o tempo em termos de um enquadramento de diferentes “durações” – projeto que assumiria a sua forma mais sofisticada com a arquitetura historiográfica que Fernand Braudel chamaria de “dialética das durações” (BRAUDEL, 2011, p. 89).⁹



Fonte: Figura desenvolvida pelo próprio autor.

Ao se mostrarem regidas por um tempo lento que determina seu alargado arco externo de permanências – e ao admitir dentro de si mesmas o contraponto de ritmos mais entrecortados – as estruturas recuperam aqui a

⁹ A expressão “dialética da duração” aparece pela primeira vez com Gastón Bachelard, na obra de mesmo nome (BACHELARD, 1936). Neste livro, o objetivo de Bachelard é criticar a concepção de duração proposta por Henri Bergson, que havia antes tratado do tempo nos *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* [1889] e em *Duração e simultaneidade* [1922]. A discussão sobre a “dialética da duração” de Bachelard, todavia, remete a aspectos que se referem aos modos de percepção do tempo pelo indivíduo, e não aos aspectos do tempo histórico propriamente dito. Fernand Braudel, em seu artigo sobre “A Longa Duração”, criticará rapidamente a “dialética da duração” de Bachelard (BRAUDEL, 2011, p. 116). Com o historiador francês, a expressão “dialética das durações” referir-se-á às interrelações que se estabelecem entre as diferentes durações históricas, isto é, entre os diferentes padrões rítmicos a partir dos quais se processam as mudanças históricas. Na concepção de Braudel, está implícita uma arquitetura de três durações (a longa, a média e a curta), através das quais a estrutura enquadra as conjunturas, e estas os eventos típicos da história política. Este é o modelo aplicado em *Mediterrâneo* (1949).

sua própria instância histórica, abaixo e acima de si, notando-se que uma estrutura poderia ser contraposta à outra em termos de alteridade (e não de continuidade). No interior das estruturas sim, poderiam ser abordadas as média e curta duração (ou os tempos das conjunturas e dos eventos), de modo que o projeto braudeliano de durações enquadradas conseguiria estabelecer uma conciliação entre o tempo agitado da história política tradicional e o tempo imóvel das ciências sociais emergentes. É desta nova representação do tempo histórico trazida pelos *Annales* que se desdobra todo um conjunto de aspectos que hoje são ressaltados como traços distintivos dos *Annales*, oportunizando novos objetos, novas fontes buscadas pelos historiadores, novas abordagens e metodologias, e uma nova concepção sobre o que deveria ser o trabalho do historiador¹⁰. Sobretudo, o novo modo de pensar e representar o tempo histórico possibilitava uma redefinição do próprio conceito de estrutura, cuja melhor delimitação encontraremos no célebre artigo de Fernand Braudel sobre “A Longa Duração” [1958]:

Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida um agregado, uma arquitetura; porém, mais ainda, uma realidade que o tempo pouco deteriora e que veicula por um longo período. Certas estruturas, por perdurarem durante muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas obstruem a história e, pelo fato de a incomodarem, impõem seu desabamento. Outras são mais propícias a se desestruturar. Mas todas são, ao mesmo tempo, sustentáculos e obstáculos. Como obstáculos, elas ficam marcadas como limites (*contornos*, no sentido matemático) dos quais o homem e suas

¹⁰ “Para o historiador, aceitar a longa duração é propor-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com um tempo em câmera lenta, às vezes quase nas raias da imobilidade [...] Em todo o caso, é com relação a essas camadas da história lenta que a totalidade da história pode ser repensada, como a partir de uma infraestrutura. Todos os andares, todos os milhares de andares, todas as milhares de explosões do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-imobilidade; tudo gravita em volta dela” (BRAUDEL, 2011, p. 98).

experiências praticamente não podem se libertar. Pensem na dificuldade de quebrar algumas limitações geográficas, algumas realidades biológicas, alguns limites da produtividade e mesmo certos condicionamentos espirituais: os arcabouços mentais também são prisões de longa duração (BRAUDEL, 2011, p. 95).

Notemos que, neste texto, Braudel menciona tanto a possibilidade de estruturas que apresentam fissuras entre si (as estruturas contras as quais “impõe-se o seu desabamento” para que outras possam surgir), como também as estruturas que deslizam lentamente até desaparecerem ou até se transformarem em novas estruturas, com características distintas e novos padrões de coerência (ou seja, de acordo com as palavras de Braudel, temos aqui as estruturas que “são mais propícias a se desestruturar”). Em um caso, a passagem de uma estrutura a outra pode ser regida por mudanças ou declives abruptos, e certamente aqui podem ser incluídas as revoluções sociais (movimentos contra as estruturas que “obstruem a história”), ou mesmo as revoluções tecnológicas, que em alguns casos são poderosos eventos capazes de desestruturar de assalto uma antiga estrutura (pensemos nos eventos tecnológicos que, nas últimas décadas, mudaram a face do mundo da comunicação humana através de uma irreversível revolução digital). Acontecimentos políticos de grande porte – como a desestruturação do socialismo real na antiga União Soviética e o desabamento do muro de Berlim entre as duas Alemanhas – podem reger também a passagem de uma estrutura para outra, mas, neste caso, é preciso discutir se acontecimentos como estes é que introduziram uma fissura na estrutura política anterior ou se, na verdade, foram resultados de longos e imperceptíveis processos sociais e políticos que já vinham acumulando tensões no interior da própria estrutura, até que estas se rupturas tornaram visíveis e irreparáveis através de um acontecimento emblemático e impactante.

O desenvolvimento das histórias de longa duração revelaria a possibilidade, inclusive, de encontrar ‘eventos’ que fundam ‘estruturas’ – o que remete a um diálogo importante entre estas duas noções que já

apresentamos no início deste artigo. É o caso da tese de Paul Bois sobre *Camponeses do Oeste da França* (1960). Ao perceber no campesinato francês do século XIX uma profunda cisão entre monarquistas (no oeste) e republicanos (no leste), nitidamente separados por uma fronteira espacial, Paul Bois terminou por encontrar o “ponto de fratura” na Revolução Francesa. Michel Vovelle, que utiliza o exemplo de Paul Bois para expor relações possíveis entre eventos e estruturas, sintetiza a conclusão de Bois:

[...] dois campesinatos diferentes em suas estruturas e, sobretudo, no seu dinamismo e agressividade fixaram naquela época, de modo duradouro, suas opções coletivas. Já se pode sentir, apenas com esse breve resumo, que tal experimentação exemplar é portadora de uma mensagem rica e ambígua: por um lado, ela justifica a pesquisa de longa duração, o mergulho no passado mais que secular do qual foram transmitidos os traços de um comportamento que perdura, com verdadeira inércia, até os nossos dias, quando, na verdade, as condições iniciais desapareceram. Trata-se de uma peça de importância acrescentada ao dossiê da ‘inércia das estruturas mentais’. Inversamente, contudo – ou antes, de maneira complementar –, o tempo curto retoma toda a sua importância: ele é aquele do traumatismo inicial, da ruptura propriamente revolucionária a partir da qual, por muito tempo, uns se tornaram *chouans* [partidários da monarquia], outros jacobinos, tendo assim se separado por uma fronteira que nossos mapas eleitorais teimam em perenizar (VOVELLE, 2011, p. 399).¹¹

¹¹ Mais adiante, Vovelle complementa: “Paul Bois partiu de uma estrutura e encontrou um acontecimento; sem que haja contradição alguma nisso, outros partem de um acontecimento e ... redescobrem uma estrutura” (VOVELLE, 2011, p. 400). É um acontecimento, aliás, – “a chama descristianizadora do ano II” – do qual o próprio Michel Vovelle partirá para descobrir uma estrutura, a da religiosidade barroca no sul da França, que em 1750 teria um ponto de viragem a partir do qual já se pode notar uma mudança da sensibilidade coletiva em relação à morte (VOVELLE, 1978). Sobre as teses de Paul Bois, ver ainda LE ROY LADURIE, 2011, p. 248-267.

Poderíamos lembrar também as pesquisas de Eric Hobsbawm e Terence Ranger sobre as “Tradições Inventadas” (1983), já correspondentes a um circuito exterior ao dos Annales¹². Mesmo a tradição de aparência mais inabalável e acrônica, que remete a um passado ancestral (em muitos casos inventado e consolidado por uma memória construída) pode trazer atrás de si, soando como um harmônico inaudível, um evento que a fundou e que depois é recoberto, ou mesmo destruído pela memória (o que não impediria a sua redescoberta pela História, se dele houver suficientes vestígios).

O evento percebido como soberano, altissonante e majestaticamente solitário – capaz de cindir os tempos e de cortar uma sociedade em duas – pode também recuar em importância ao ser inserido em um panorama proporcionado pelo olhar longo: tornar-se um elo, mais do que se afirmar como um corte. É o caso da “peste negra”: reinscrita em uma história global, mais ampla no espaço-tempo, este fenômeno que o olhar curto e escatológico transforma em raio que se abate sobre a demografia europeia pode, em contrapartida, ser vertido em episódio previsível no processo de “unificação microbiana do mundo”:

Tomemos como exemplo a peste negra de 1348, que, no Ocidente, extermina um terço e, às vezes, até a metade das populações. Analisada com bastante distanciamento,

¹² “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade, em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. (...) O termo tradição inventada é utilizado em um sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabelecem com enorme rapidez. (...) As ‘tradições inventadas’ são reações a situações novas que ou assumem a forma de referências a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção de tradições” um assunto da história contemporânea” (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 9-23).

e de um ponto de vista internacional ou intercontinental, essa epidemia perde o seu caráter teratológico. Ela passa a ser percebida apenas como um episódio previsível, no seio do processo de conjunto engajado do século XIV ao XVI, e que poderia ser chamado de unificação microbiana do mundo; sendo tal unificação em si mesma condicionada pelos fenômenos globais que ocorrem desde o século XI, tais como o crescimento demográfico de 3 grandes massas humanas (chinesa, europeia, ameríndia) e a conseqüente comunicação – inelutável – dessas massas umas com as outras, depois da abertura de rotas continentais e marítimas, militares e comerciais” (LE ROY LADURIE, 2011, p. 249).¹³

Se o evento pode ter a sua importância redimensionada ou engolida pela estrutura construída pelo historiador, ou até mesmo ser “fagocitado” pela estrutura (LE ROY LADURIE, 2011, p. 250), existem também aqueles acontecimentos ou processos incontornáveis que, tal como sinaliza Pomian (1978), são verdadeiros mediadores que proporcionam ou regem a passagem de uma estrutura a outra. Para estes casos, surge um novo diálogo conceitual que coloca em interação a “estrutura” e a “revolução”. De fato, diz-nos Krzysztof Pomian, “toda revolução nada mais é que a subversão de uma estrutura e o advento de uma nova estrutura” (1990, p. 120).¹⁴

¹³ Sobre a “unificação microbiana do mundo”, ver o artigo de Le Roy Ladurie que leva este mesmo título (1973). Para mais considerações sobre a dialética entre o evento e a estrutura, ver: Le Roy Ladurie (2011, p. 248-267).

¹⁴ O acontecimento, neste caso, pode ser redimensionado como “acontecimento-processo” (ou “processo-acontecimento”), De acordo com esta perspectiva, o conceito de “revolução” pode ser ampliado: “[a revolução] é, não raro, silenciosa e imperceptível para aqueles que a fazem: é o caso da revolução agrícola ou da revolução demográfica. Inclusive, nem sempre ela é rápida, ela pode se estender por vários séculos” (POMIAN, 1990, p. 120). Em certo sentido, essa perspectiva coloca em revisão o caráter espetacular da revolução: “Uma revolução não é mais pensada como uma sequência de acontecimentos únicos. Ela é uma onda de inovações, que se propaga a partir de um ponto inicial, através de inumeráveis repetições: é uma a uma que as pessoas aprendem a ler e a escrever [para o caso da secular revolução da alfabetização]; é burgo após burgo e aldeia após aldeia que se vê o número de relógios se multiplicar. E é justamente essa série de repetições que é interessante na

Voltando aos temas da longa duração – agora considerando o caso das estruturas que só se transformam muito lentamente através de uma “história quase imóvel” – podemos considerar o próprio exemplo proposto por Braudel no seu artigo sobre a “Longa Duração” (1958), na verdade extraído da sua monumental obra sobre o *Mediterrâneo* (1949), na qual o historiador francês mostra como a moldura do meio físico traz limites consideráveis às vidas dos seres humanos pertencentes às várias populações que habitam nas regiões do mar mediterrâneo:

O exemplo mais acessível [de estrutura de longa duração] parece ser o do meio geográfico. O homem é prisioneiro durante séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se desviar sem provocar o rompimento de tudo ao seu redor. Observem o papel ocupado pela transumância na vida das populações das montanhas, a permanência de alguns setores da vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados do litoral; vejam ainda a durável implantação das cidades, a persistência das rotas e vias de tráfego, a fixidez surpreendente do quadro geográfico das civilizações” (BRAUDEL, 2011, p. 95).

A articulação possível entre as durações – sempre uma construção do historiador, e nunca um dado da própria realidade – permite ainda questionar sobre qual seria o melhor modelo para o trabalho historiográfico. Seria este o da “arquitetura de durações”, esta imagem que parece ter originado o modelo formal mais utilizado por Fernand Braudel, mas que na verdade se desenvolve ao lado da plena consciência deste historiador de que o tempo o tempo histórico, em sua complexidade, mais se aproxima da imagem de uma “multiplicidade de descidas pelos diversos e incontáveis rios do tempo”? (BRAUDEL, 2011, p. 104). No modelo da ‘arquitetura das durações’, as

perspectiva da história estrutural, não alguns fatos espetaculares, mas isolados, ainda que não únicos” (POMIAN, 1990, p. 120).

diferentes durações como se encaixam uma na outra, em um enquadramento múltiplo¹⁵. Trata-se, de fato, de um modelo funcional, prático, provedor de uma boa organização para a representação historiográfica. Ou seria mais apropriado o modelo da “polifonia de durações”, para o qual a Música poderia nos oferecer uma boa inspiração? Nesta segunda proposta, as diferentes durações que envolvem os diversos processos históricos podem se apresentar em defasagem, à maneira de melodias diversas – cada qual portadora de seu próprio ritmo e desenvolvendo distintos caminhos – o que não impede, destarte, que estas diferentes melodias ou “rios de tempo” desenvolvam-se conjuntamente no interior de uma mesma música.

Os modelos de representação para o tempo, neste caso, são livres, e os historiadores têm desenvolvido uma consciência importante de que, em todas as suas proposições e variações, o que o pesquisador faz é construir a sua própria imagem de tempo, e não encontrá-la pronta. Assim, mesmo Fernando Braudel – que em boa parte de suas principais obras optou pelo modelo da arquitetura de durações – mostra-se perfeitamente consciente acerca da instância criativa e construtiva que envolve a representação historiográfica da dialética de durações. Em seu artigo sobre “A Longa Duração” (BRAUDEL, 1958), ele nos oferece – alternativamente ao modelo de arquitetura das durações que ele mesmo instrumentalizou em *Mediterrâneo* – uma de suas imagens mais belas, através da qual procura desenhar em palavras um pouco da extrema complexidade do devir histórico. É com esta imagem, que recoloca o problema da complexidade da representação do tempo histórico, que terminaremos o presente artigo:

De fato, na linguagem da história (tal como a imagino), não há como existir sincronia perfeita: uma parada instantânea, suspendendo todas as durações, é em si quase absurda, ou, o que dá no mesmo, muito fictícia; do

¹⁵ Nos *Escritos sobre a História*, ao comentar o *Mediterrâneo*, Braudel parece autorizar este modelo de arquitetura das durações: “Ora, esses fragmentos se juntam no final do nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimento encaixam-se sem dificuldade, pois todos são medidos pela mesma escala” (1978, p. 76).

mesmo modo, uma descida pela encosta do tempo só é concebível sob a forma de uma multiplicidade de descidas pelos diversos e incontáveis rios do tempo” (Braudel, 2011, p. 104).

Referências

- AGOSTINHO [Santo] *Confissões* – Livro XI. Petrópolis: Vozes, 2005 [orig.: 398 d.C.].
- AGOSTINHO [Santo] (2011). *Confissões* – Livro VII. Petrópolis: Vozes [original: 398 d.C.].
- ARISTOTELES. *Física*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1993 [original: 1936].
- BERGSON, Henri. *Duração e Simultaneidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [original: 1922].
- BERGSON, Henri. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- BLOCH, MARC. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [original: 1941-42].
- BOIS, Paul. *Paysans de l'Ouest, des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire*. Paris / Haia: Mouton, 1970.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984 [original: 1949, revisto em 1965].
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: NOVAIS e SILVA (orgs.). *Nova História em perspectiva*. S. Paulo: Cosac & Naify, p. 87-127 [orig: 1958].
- BROWN, Peter R, L. *Religion and Society in Age of Saint Augustine*. Eugene (Oregon): Wipf & Stock, 2007.
- BROWN, P. R. L. *Santo Agostinho – uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

- CHADWICK, H. *Augustine of Hippo: a Life*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- COMTE-SPOMVILLE, André. *O ser-tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GREISCH, J. *Ontologie et temporalité. Esquisse d'une interprétation intégrale de Sein und Zeit*. Paris: PUF, 1994.
- HARTOG, François. *Os Antigos, o passado e o presente*. Brasília: UNB, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. *O ser e o tempo*. Petrópolis: Vozes, 1997 [original: 1927].
- HEIDEGGER, Martin. *O conceito de tempo*. São Paulo: Fim de século, 2003.
- HERODOTO. *História*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1988.
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997 [original: 1983].
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativas. In: *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 311-337 [original: 1979].
- LE ROY LADURIE, E. Acontecimento e Longa Duração na História Social: o exemplo dos chouans. In: NOVAIS, F. e SILVA, R. (Org.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p. 248-267 [orig: 1972].
- LE ROY LADURIE, E. Un concept : L'Unification microbienne du monde. *Revue d'histoire suisse*, Paris, 23, n. 4, p. 627-696, 1973.
- PLATÃO. *Timeu-Crítias*. Coimbra: ECH, 2011.
- VOVELLE, M. (2011). História e Longa Duração. In: NOVAIS e SILVA (Org.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 371-407 [original: 1978].